



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO

(ÓRGÃO TÉCNICO ESPECIALIZADO RESPONSÁVEL PELO LAUDO)

L.T.E.

Laudo Técnico Específico

Laudo Técnico Indicado Para Fins de:

<input checked="" type="checkbox"/>	Aposentadoria Especial
<input type="checkbox"/>	Mandado de Segurança
<input type="checkbox"/>	Processo de Ação Judicial
<input checked="" type="checkbox"/>	Laudo Técnico Específico

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO

UNIDADE / SETOR		
CNPJ		Grau de Risco
ENDEREÇO		

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

COBERTURA	Laje Com Forro
ILUMINAÇÃO	Artificial e Natural
PISO	Acabado e Revestido
VENTILAÇÃO	Artificial e Natural
PROCESSO	

IDENTIFICAÇÃO

NOME			
CARGO		FUNÇÃO	
RG		REGIME DE TRABALHO (carga horária)	
CPF		PIS	
NASCIMENTO		CBO	
ADMISSÃO		DEMISSÃO	
PERÍODO		PERÍODO	

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

CENTRO DE FORTIFICAÇÃO			
------------------------	--	--	--

DESCRIÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS

Risco	Fator de Risco	Concentração / Intensidade	Técnica Utilizada
			NTR-4 Resolução SRT 37/87 Análise e Avaliação Qualitativa

EPI - Equipamento de Proteção Individual		EPC – Equipamento de Proteção Coletiva
Tipo	C.A.	Extintor portátil adequado e sinalizado
-	-	-
OBSERVAÇÃO		
<p>1) Conforme item 15.4 da NR-15, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo; Item 15.4.1 a eliminação ou neutralização da Insalubridade deverá ocorrer:</p> <p>a) Com a adoção de medida de ordem geral, que conserve o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;</p> <p>b) Com a utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual);</p> <p>2) LTE Confeccionado e elaborado com base nas informações extraídas e prestadas pelo(a): Chefia imediata do interessado(a) e/ou solicitante, documentos encartados no Processo, DPME/SP, interessado(a) / solicitante e/ou RH da Unidade.</p> <p>3) De acordo com informações da chefia imediata e do solicitante, não houve alteração do layout no período informado.</p>		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
<p>Lei nº: 6.514 de 22.12.1977; Portaria nº: 3.214 de 08.06.1978, NR-15 e NR-17; Artigos: 189, 190, 191 e 192 da CLT; Lei Complementar 432 de 18.12.1985, NTR-1 à NTR-6; Decreto: 25.492 de 14.07.1986; Resolução SRT 33 de 05.11.1986; Resolução SRT 37 de 30.04.1987.</p>

AVALIAÇÃO / CONCLUSÃO
<p>Considerando a descrição das atividades executadas e realizadas pelo trabalhador, o mesmo está enquadrado nas atividades insalubres;</p> <p>Há enquadramento legal, para o pagamento / recebimento do Adicional de Insalubridade em _____ (___%), documentos e informações constantes no processo acostadas as FLS. _____, conforme os preceitos da legislação vigente;</p> <p>Exposição aos agentes nocivos de modo habitual e permanente, não ocasional e nem intermitente durante o período de ___/___/___ à ___/___/___ com destinação à Análise para obtenção da Aposentadoria Especial, por parte da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo.</p>

MEDIDAS PROPOSTAS
<p>1) Colaborar com a empresa na aplicação das Normas Regulamentadoras;</p> <p>2) Cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;</p> <p>3) Submeter-se aos exames médicos previstos nas Normas Regulamentadoras;</p> <p>4) Usar o EPI fornecido pelo empregador.</p>

ENCERRAMENTO	
Local	Data

©2022/©CQV/SESMT

INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO

CAMPO/DESCRIÇÃO	INSTRUÇÃO
Laudo Técnico indicado para fins de:	Assinalar ao lado para identificação da finalidade a que destina o laudo técnico: aposentadoria especial, mandado de segurança e ou processo de ação judicial. Pode ser assinalada mais de uma informação.
Identificação do local de trabalho	Neste campo deve ser informado a unidade/setor, CNPJ do local de origem do servidor, endereço de atuação e grau de risco vinculado ao CNPJ.
Descrição do ambiente de trabalho	Descrever as características construtivas do local de trabalho, tal como, cobertura, iluminação, piso, ventilação. Identificar no campo processo, o número do processo em que foi realizada a abertura da solicitação. (SPDOC ou Sistema Sem Papel)
Identificação	Descrever as informações funcionais do servidor, nome, cargo de origem, função atuante, registro geral (RG), CPF, data de nascimento, Admissão no cargo público, regime de trabalho, PIS, Código Brasileiro de Ocupação – CBO, data de demissão do setor. Identificar no campo período as datas destinadas ao período de atuação no serviço público com a data de ingresso até a data de solicitação e ou demissão no serviço público.
Descrição das atividades	Descrever as atividades realizadas no setor de atuação. Caso seja em setores diferenciados deve ser indicado o período, nome do setor e descrição de cada atribuição do servidor. Descrição das atividades, físicas ou mentais, realizadas pelo trabalhador, por força do poder de comando a que se submete, com até quatrocentos caracteres alfanuméricos. As atividades deverão ser descritas com exatidão e de forma sucinta, com a utilização de verbos no infinitivo impessoal.
Descrição dos Riscos Ocupacionais	Informações sobre a exposição do servidor a fatores de riscos ambientais, por período. Para servidores públicos de regime de contratação Estatutário deve ser evidenciado as normas relativas ao estatuto do servidor baseando em laudos de apostilamentos dos adicionais de insalubridade emitido pelo DPME. Para servidores públicos em regime de contratação CLT deve ser realizado o

	preenchimento vinculado aos riscos conforme NR15 e seus anexos.
Equipamento de proteção individual Equipamento de proteção coletiva	Preenchimento do campo Tipo, dos Equipamentos de proteção individual com os respectivos EPIs utilizados para a execução das atividades, C.A. – Certificação de Aprovação descrito no equipamento fornecido conforme legislação. Campo EPC - preencher os equipamentos de proteção coletiva existente no local de trabalho, como por exemplo extintor portátil, hidrantes, capela, guarda corpo, dentre outras.
Observação	Campo destinado às informações legais, não é necessário o preenchimento.
Fundamentação Legal	Campo destinado às informações legais, não é necessário o preenchimento.
Avaliação e conclusão	Local destinado à classificação da insalubridade em consonância a legislação. Servidor CLT classificar mediante legislação vigente NR15 e seus anexos, sendo profissional habilitado e capacitado sendo Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho. Para servidores regidos por regime próprio estatutário a classificação é de responsabilidade do DPME – Departamento de Perícia Médica do Estado de São Paulo. Toda a classificação que possuir laudo informar a numeração da página anexada no processo.
Medidas propostas	Informar quais medidas necessárias para segurança e saúde do servidor no trabalho.
Encerramento	Inserir a data e local; Preencher os campos com a assinatura do profissional legalmente habilitado e capacitado com os dados incluindo nome, especialização e número do conselho de classe. Os outros campos identificar a instituição com CNPJ e dados jurídicos (carimbo), chefia do setor (dados institucionais) e assinatura de todos.